

## **ANEXO II**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Objeto:** Obtenção de consultoria especializada para a realização de todas as etapas técnico-administrativas para compra de energia elétrica junto ao Mercado Livre para redução das despesas fixas

**Nº DFD: 017/2024 - GEEMEC**

Araraquara, 26 de abril de 2024.

## HISTÓRICO DAS REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
15/04/2024	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Aurélio Cassiano Mizani
26/04/2024	2.0	Correções	Aurélio Cassiano Mizani

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

### INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

### 1. DO OBJETO

1.1. Obtenção de consultoria especializada para a realização de todas as etapas técnico-administrativas para compra de energia elétrica junto ao Mercado Livre para redução das despesas fixas.

### 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O DAAE possui 26 (vinte e seis) poços profundos que operam diariamente, assim como centros de reservação, estações elevatórias água ou de esgoto, estações de tratamento de água ou de esgoto, PEVs (pontos de entrega voluntária), estação de tratamento de resíduos da construção civil e estação de tratamento de resíduos sólidos, que totalizam 77 (setenta e sete) pontos de consumo de energia elétrica.

2.2. A demanda de energética atual implica grandes despesas da ordem de dois e meio milhões de reais mensalmente. No exercício contábil de 2023 a energia elétrica custou mais de trinta e dois milhões de reais no ano, correspondendo a 20% de toda a despesa do DAAE.

2.3. A contratação de consultoria especializada em compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre é necessária para que a Autarquia tenha condições

de pagar menos pela energia utilizada a um baixo custo inicial, de modo que a despesa fixa seja reduzida e o DAAE tenha maior liberdade para investimento em sua própria infraestrutura operacional.

### **3. ÁREA REQUISITANTE**

3.1. A requisição do produto objeto desta contratação foi realizada pela Gerência de Eficiência Energética e Mecânica do DAAE, mediante autorização da Diretoria Comercial e solicitação da Diretoria de Gestão, Finanças e Tecnologia, através da sua Gerência de Administração

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Habilitação jurídica (art. 66 da Lei nº 14.133/2021), conforme o caso**

4.1.1. Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, sendo que as sociedades por ações apresentarão também os documentos de eleição de seus administradores; deverão estar acompanhados de todas as alterações e/ou da respectiva consolidação, conforme legislação em vigor.

4.1.2. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

#### **4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 68 da Lei nº 14.133/2021)**

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da lei;

4.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que

demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

4.2.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

4.2.6. Prova de cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

4.2.7. Os documentos referidos nos itens imediatamente anteriores poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

### **4.3. Qualificação técnica (art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**

4.3.1. Comprovação de inscrição e regularidade da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (CREA-SP).

4.3.1.1. A empresa com sede fora do Estado de São Paulo, caso seja declarada vencedora do certame, deverá providenciar o visto junto ao CREA-SP como condição indispensável para a assinatura do contrato, nos termos da legislação em vigor (Art. 14, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 – CONFEA);

4.3.2. Comprovação de que a empresa possui profissional(is) de nível superior, nos termos das resoluções aplicáveis do CONFEA, que será o responsável técnico pela execução dos serviços, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acervado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou equivalente, comprovando sua experiência em execução de serviços de características semelhantes aos constantes do Termo de Referência correspondente.

4.3.2.1. A comprovação ora referida dar-se-á mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível ainda a contratação de profissional(is) autônomo(s) que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4.3.2.2. Entende-se por serviços de características semelhantes aqueles relacionados à eficiência energética, projetos de redução de custo de energia, avaliações de medição, controle de consumo de energia elétrica, gestão de energia, auditoria energética.

4.3.3. Comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional

competente – CREA ou equivalente – do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) no item anterior.

4.3.4. Atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) que a empresa, ou o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(is) técnico(s), presta ou já prestou satisfatoriamente serviços similares/compatíveis aos serviços exigidos no correspondente Termo de Referência.

4.3.5. A empresa deverá fazer visita técnica contemplando, no mínimo, as seguintes unidades consumidoras do DAAE classificadas no grupo A:

- 4.3.5.1. ETAF - ETA Fonte
- 4.3.5.2. ETAP - ETA Paiol
- 4.3.5.3. CACR - Captação das Cruzes
- 4.3.5.4. CAAN - Captação Anhumas I
- 4.3.5.5. PÇPL - CPR Parque Planalto
- 4.3.5.6. PÇFL - CPR Chácara Flora
- 4.3.5.7. ETEA - Estação de Tratamento de Esgoto de Araraquara

4.3.6. A visita deve ser agendada pelo email [manutencao@daae-araraquara.com.br](mailto:manutencao@daae-araraquara.com.br), pelo telefone (16) 3324 9567 ou pelo celular/whatsapp (16) 99277 2230.

#### **4.4. Qualificação econômico-financeira (art. 69 da Lei nº 14.133/2021)**

4.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Caso a empresa esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso. Referido Plano deverá ser apresentado junto da documentação de habilitação.

#### **4.5. Documentação complementar**

4.5.1. Declaração, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal de que, no exercício de suas atividades, não viola o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. A escolha do tipo de solução descrita neste processo licitatório levou em conta, sobretudo, os princípios de Celeridade, Competitividade, Desenvolvimento Nacional Sustentável, Economicidade, Interesse Público, Proporcionalidade e Razoabilidade.

5.2. Em consonância a esses princípios, foram encontradas diversas empresas no mercado que possuem condições para fornecimento do objeto ora em contratação de forma célere, econômica e competitiva, cujo resultado é de interesse público na medida em que viabiliza a redução do gasto de dinheiro público e por meio da compra de energia elétrica de fontes sustentáveis.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. Inicialmente, a Contratada deverá fazer uma inspeção *in loco* das unidades consumidoras de média e alta tensão, a fim de avaliar as condições das cabines primárias e especificar as eventuais adequações a serem feitas.

6.2. Então, terá de analisar o enquadramento de cada localidade quanto à inscrição junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

6.3. Na sequência, deverá analisar os contratos de todas as unidades consumidoras do grupo A, propondo alternativas no ACL, por meio de estudos, para as unidades que consomem em média e alta tensão.

6.4. A Contratada se encarregará de fazer a denúncia dos contratos junto à concessionária CPFL Paulista.

6.5. Após, serão realizadas as tratativas para cadastramento do DAAE na CCEE.

6.6. A Contratada deverá elaborar a documentação técnica do processo licitatório para compra de energia elétrica no ACL e acompanhar o processo, fornecendo comparativos das condições comerciais das empresas comercializadoras, até a efetiva contratação da energia elétrica.

6.7. Por fim, deverá elaborar a documentação técnica para licitação de uma empresa especializada para gerenciar o contrato de energia elétrica, encerrando assim as suas atividades.

## 7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

7.1. A contratação foi concebida na forma de fornecimento de mão de obra mensal, por um período total de 06 (seis) meses.

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇOS

8.1. Segundo o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), por meio da Resolução nº 397, de 11 de agosto de 1995, o piso salarial para “profissionais diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, (...), e afins com curso universitário de 04 (quatro) anos ou mais” é de 06 (seis) vezes o salário mínimo, este fixado em R\$ 1.412,00 pelo Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023.

8.2. Considerando que o serviço de consultoria objeto deste Estudo consiste essencialmente de atividade desempenhada por engenheiro eletricista, o qual deverá estar à disposição do DAAE para essa finalidade por um período de 06 (seis) meses, o valor total do contrato foi estimado tomando como base o piso salarial desse profissional.

8.3. Sendo assim, calculou-se o valor de  $(6 \times \text{R\$ } 1.412,00 =)$  **R\$ 8.472,00 (oito mil quatrocentos e setenta e dois reais) por mês**, perfazendo o total de  $(6 \times \text{R\$ } 8.472,00 =)$  **R\$ 50.832,00 (cinquenta mil oitocentos e trinta e dois reais)**.

8.4. Contudo, o preço definitivo deverá ser apurado a partir de pesquisa de mercado junto a empresas de Engenharia Elétrica com atuação na área de Mercado Livre de, de acordo com o artigo 23 da Lei 14.133/2021.

## 9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A contratação do objeto demandado não será parcelada, sendo o critério de julgamento o “menor preço global”, uma vez que não se mostra viável o parcelamento da solução em decorrência da natureza do serviço descrito.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. A Gerência de Eficiência Energética e Mecânica atualmente não é assistido por empresa de consultoria especializada em compra de energia elétrica, assim

como não realizou qualquer demanda dessa natureza recentemente.

10.2. Dessa forma, pode-se assegurar a inexistência de contratações correlatas ou interdependentes que possam interferir na futura contratação.

## **11. RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1. Tendo em vista a representatividade das despesas com energia elétrica devido à grande quantidade de bombas em operação no dia a dia da Autarquia, com a futura contratação espera-se reduzir consideravelmente tais custos sem a necessidade de grandes investimentos iniciais.

11.2. Dessa forma, o resultado pretendido é o aumento da capacidade de investimentos nos sistemas operacionais do DAAE.

## **12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO**

12.1. A contratação pretendida mostra-se **VIÁVEL**, pois se demonstrou a sua adequação à necessidade de redução das despesas fixas com energia elétrica sem de forma rápida e sem grandes demandas financeiras.

12.2. Os resultados pretendidos, por sua vez, possuem potenciais benefícios financeiros e econômicos a curto prazo, caracterizando eficiência, economicidade, eficácia, eficiência e interesse público.

Araraquara, 26 de abril de 2024.

ENG. AURÉLIO CASSIANO MIZANI  
Eng. Eletricista  
CREA/SP 5069469260

ENG. LUIS HENRIQUE TINTI  
Gerência de Eficiência  
Energética e Mecânica

ENG. ALEXANDRE COAN PIERRI  
Diretor Comercial e Relações Institucionais